

## PROJETO DE ARTICULAÇÃO DO CURRÍCULO NA ESCOLA: BNCC E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGENS NO ENSINO MÉDIO

João Valdir Dias, Universidade do Oeste de Santa Catarina, [vddiasj06@gmail.com](mailto:vddiasj06@gmail.com)

### Resumo

Num contexto envolto por aparatos tecnológicos, em constante desenvolvimento econômico e social percebemos novas características que definem novas formas de aprender. Assim necessitamos de novas e transformadoras metodologias pedagógicas aliadas às tecnologias da informação e comunicação. Objetivo é discutir como ocorre a interação entre BNCC e Currículo nos processos de aprendizagens no Ensino Médio. Pensar, refletir a interação entre BNCC e Currículo nos processos de aprendizagens no Ensino Médio de fato é algo importante, visto que as modificações sociais e políticas estão presentes e essas modificações estruturais, curriculares.

**Palavras-chave:** Currículo. Aprendizagens. Ensino Médio. BNCC.

### Abstract

In a context surrounded by technological apparatuses, in constant economic and social development we perceive new characteristics that define new ways of learning. Thus we need new and transforming pedagogical methodologies combined with information and communication technologies. The objective is to discuss how the interaction between BNCC and Curriculum occurs in the learning processes in high school. Thinking, reflecting the interaction between BNCC and Curriculum in learning processes in high school is indeed important, since social and political changes are present and these structural, curricular changes.

**Keywords:** Curriculum. Learnings. High school. BNCC.

## 1. INTRODUÇÃO

A escola do Ensino Médio passa por uma reconfiguração no âmbito pedagógico, curricular e físico não apenas nesta escola específica, mas em todas as escolas que oferecem essa modalidade de ensino, visto que foi formulada a nova BNCC também para o Ensino Médio. Percebemos a necessidade de abordar, com o corpo docente, como ocorre a interação entre BNCC e Currículo nos processos de aprendizagens no Ensino Médio, para que possamos de alguma maneira contribuir com o processo de aprendizagem dos educandos do ensino médio.

Este projeto almeja promover reflexões entre professores da rede estadual de Santa Catarina, sobre as teorias e concepções de educação e formação humana que embasam o trabalho docente e são inerentes à organização curricular da escola. Nesse sentido buscamos refletir e analisar os conceitos referentes à formação humana, sendo eixo comum a concepção de educação integral, bem como organização do trabalho pedagógico a partir das teorias de currículo e o modo como a educação escolar se efetiva diante do que consta na legislação; bem como o papel

do professor nesse processo, promovendo debates, e as mudanças do ensino médio. Para tanto definimos como tema do projeto a interação entre BNCC e Currículo nos processos de aprendizagens no Ensino Médio.

Numa sociedade em constantes transformações presenciamos momentos paradoxais do ponto de vista da aprendizagem. Há cada vez mais pessoas com dificuldades para aprender aquilo que a sociedade exige delas. Nunca houve tantas pessoas aprendendo tantas coisas ao mesmo tempo como nos dias atuais. De fato, podemos idealizar que essa sociedade é uma sociedade da aprendizagem (POZO, 2002).

Num contexto envolto por aparatos tecnológicos, em constante desenvolvimento econômico e social percebemos novas características que definem novas formas de aprender. Assim necessitamos de novas e transformadoras metodologias pedagógicas aliadas às tecnologias da informação e comunicação.

O Ensino Médio, como parte da formação básica dos educandos, presencia transformações de caráter formativo no ambiente escolar e também social. Assim nos atentemos a importância da interação entre BNCC e Currículo nos processos de aprendizagens no Ensino Médio. Temática que emerge inúmeras reflexões nos ambientes formativos da educação básica.

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos.

No papel de professor da educação básica, podemos proporcionar condições para que os alunos sejam capazes de construir seu próprio ponto de vista a partir de tantas fontes de informação e conhecimento. Nesse sentido a valorização dos processos de aprendizagens ou de aquisição de conhecimento parece ser um dos

desafios a serem enfrentados por nossos sistemas educacionais nas próximas décadas.

Apresentamos como questão problema para o projeto, como a interação entre BNCC e Currículo potencializam os processos de aprendizagens no Ensino Médio?

Com o objetivo geral de discutir como ocorre a interação entre BNCC e Currículo nos processos de aprendizagens no Ensino Médio. Assim projeto segue amparado em dois objetivos específico: Relacionar as competências da BNCC ensino médio com o currículo nas aprendizagens; Refletir a importância das competências sugeridas pela BNCC na aprendizagem durante o Ensino Médio.

## **2. Fundamentação Teórica - A BNCC**

A linha do tempo da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e alguns documentos que fizeram parte dessa história. Teve início em 1988 quando foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que prevê, em seu Artigo 210, a Base Nacional Comum Curricular. Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

No ano de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica.

Em 1997, são consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, sobretudo no desenvolvimento do currículo.

No ano de 1998 são consolidados, em dez (10) volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. A

intenção é ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade.

Em 2000, são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), em quatro partes, com o objetivo de cumprir o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias.

É instituído em 2008 e funciona até 2010 o Programa Currículo em Movimento que busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio. No ano de 2010 entre 28 de março e 01 de abril é realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), com a presença de especialistas para debater a Educação Básica. O documento fala da necessidade da Base Nacional Comum Curricular, como parte de um Plano Nacional de Educação.

A Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs) com o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, mas só em 2010 é lançado o documento. A Resolução n.7, de 14 de dezembro de 2010, fixa a Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

No ano de 2012 a Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A Portaria n. 867, de 04 de julho de 2012, institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e as ações do Pacto e define suas Diretrizes Gerais.

Foi criada em 2014 a Portaria n. 1.140, de 22 de novembro de 2013, institui o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM). No mesmo ano a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 (dez) anos. O Plano tem 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica e 4 (quatro) delas falam sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entre 19 e 23 de novembro é realizada a 2ª Conferência Nacional pela Educação (Conae), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) que resultou em um documento sobre as propostas e reflexões para a

Educação brasileira e é um importante referencial para o processo de mobilização para a Base Nacional Comum Curricular.

Entre 17 a 19 de junho de 2015, acontece I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC. Este Seminário foi um marco importante no processo de elaboração da BNC, reuniram todos os assessores e especialistas envolvidos na elaboração da Base. A Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Em 16 de setembro de 2015 a 1ª versão da BNCC é disponibilizada. De 2 a 15 de dezembro de 2015 houve uma mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão do documento preliminar da BNC.

Em 3 de maio de 2016 a 2ª versão da BNCC é disponibilizada. De 23 de junho a 10 de agosto/2016 aconteceram 27 Seminários Estaduais com professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) promoveram esses seminários. Em agosto, começa a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com base na versão dois.

Em 20 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho. Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE irá elaborar parecer e projeto de resolução sobre a BNCC, que serão encaminhados ao MEC. A partir da homologação da BNCC começa o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares. Em 22 de dezembro de 2017 o CNE apresenta a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

Em 06 de março de 2018, educadores do Brasil inteiro se debruçaram sobre a Base Nacional Comum Curricular, com foco na parte homologada do documento, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender sua implementação e impactos na educação básica brasileira. Em 02 de abril de 2018 o Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular

(BNCC) do Ensino Médio. A partir daí o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debatê-la.

Foi em cinco de abril instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular ProBNCC. Em 02 de agosto de 2018, escolas de todo o Brasil se mobilizaram para discutir e contribuir com a Base Nacional Comum Curricular da etapa do Ensino Médio. Professores, gestores e técnicos da educação criaram comitês de debate e preencheram um formulário online, sugerindo melhorias para o documento.

Em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio. Agora o Brasil tem uma Base com as aprendizagens previstas para toda a Educação Básica.

### **3. O CURRÍCULO**

Historicamente os vários movimentos em torno do currículo. A caracterização das suas diferentes dimensões – social, política, econômica e cultural – têm explicitado que a influência de forças diversas, oriundas de cada contexto histórico, tem delineado o processo de desenvolvimento curricular como um território amplamente contestado. Esta característica é marcante desde o final do Século XIX e início do Século XX, quando o campo de currículo é demarcado como um campo específico de estudos na educação, constituindo-se como fator determinante no desenvolvimento de suas teorias e práticas do cenário educacional atual.

Durante as últimas décadas, educadores e investigadores vêm trabalhando no sentido de desenvolver meios efetivos para resolver os problemas de nossa sociedade por meio da educação. Hoje, esta tendência parece continuar com discussões relevantes para reforma pedagógica do currículo, no sentido de rever o papel do professor neste processo, visando uma educação multicultural que promova a justiça social na sociedade mais ampla. Considerando que esses aspectos educacionais parecem ser filosóficos ou pedagógicos por natureza, a maioria das reformas educacionais e curriculares são, por natureza, reformas políticas (Freire, 1993, 1985; Apple, 1979; Giroux, 1998). Qualquer tentativa de mudar ou desenvolver nosso sistema social recai na esfera política (Apple, 1996). A

reforma do currículo tem se tornado o veículo principal deste contexto. Isso não é algo novo. Esse fenômeno histórico tem se repetido inúmeras vezes de acordo com cada momento do desenvolvimento econômico, estrutural e político.

Historiadores, educadores e pesquisadores têm seguido os esforços de seus precursores de reformas, no sentido de dar novas formas para escolas e currículos e, desta forma, implementar mudanças na sociedade (Kliebard, 1995). Algumas reformas curriculares foram efetivas e alcançaram seus propósitos, enquanto que outras nem foram aceitas e desapareceram. Atualmente, nós ainda continuamos lutando com relação ao currículo, na tentativa de encontrar o caminho certo para propor uma reforma efetiva que possa responder potencialmente às necessidades diversas dos indivíduos que representam a sociedade mais ampla.

Acredita-se que uma compreensão histórica dos esforços em torno da reforma de currículo possa nos ajudar a entendê-la melhor e, então, propor reformas que melhorem efetivamente a sociedade por meios educacionais. Freire (1987) argumenta que um processo educacional autêntico deveria ser culturalmente e historicamente fundamentado. Supõe-se que a história nos permite adquirir experiências de reformas passadas, a partir das quais aprendemos.

Reforma tem sido uma característica contínua na história do currículo e da educação em vários países. Segundo Moreira (1990), a história do currículo no Brasil é resultado da transferência das teorias curriculares americanas. Embora muitas reformas tenham centrado sua atenção em como o currículo deveria ser organizado e implementado para responder a cada momento específico de nossa história, tradicionalmente o currículo era desenvolvido em áreas específicas determinadas como disciplinas. Os professores assumiam uma participação passiva, como implementadores daquilo que havia sido previamente determinado por especialistas. Os conteúdos e as metodologias empregadas no ensino representavam uma visão unilateral que atendia aos interesses da classe dominante. Esta concepção disciplinar do currículo é vista como uma perspectiva, técnico linear que enfatiza aspectos mecânicos e comportamentais baseados no critério técnico de organização (Moreira, 1990). Como resultado, as escolas foram estruturadas em áreas específicas que, então, foram fragmentadas em cursos individuais de uma área específica (por exemplo, álgebra, geometria, cálculo). Enquanto esta orientação disciplinar dominou a forma como o currículo foi

organizado durante muitas décadas, alternativas diferentes de currículo vinham sendo desenvolvidas através dos anos e, por vezes, esta forma tradicional de organização de currículo por disciplinas tem sido desafiada.

Hoje, os investigadores e pedagogos estão defendendo perspectivas multidisciplinares para o currículo. Como tal, o currículo não seria mais estruturado em forma de fragmentação disciplinar do conhecimento sustentada pela tradição. Ao contrário, sua organização seria feita por temas de fundo social, cultural e histórico da realidade escolar, em que os estudantes e professores reúnem uma variedade de conhecimentos e possibilidades para resolver problemas, promover o pensamento crítico e privilegiar justiça social ou equidade. O conhecimento disciplinar, entretanto, não seria desconsiderado. Seria estudado realisticamente, de maneira criativa, para preparar melhor os estudantes para suas vidas no cotidiano de nossa sociedade. Slattery (1995, p. 36) define esta nova forma como resultado da era pós-moderna que “desafiara a perspectiva tradicional da lógica moderna do positivismo”, para sustentar formas alternativas que “encorajarão a reflexão autobiográfica, investigação narrativa, interpretação revisionista, e compreensão contextual. O conhecimento será entendido como reflexo dos interesses humanos, valores, e ações que são socialmente construídos” (p. 36). Neste sentido, haverá uma mudança no papel do professor com relação à construção do currículo e este, por sua vez, constituir-se-á numa perspectiva multicultural, questão tão almejada no contexto educacional da atualidade.

A prática do currículo escolar tem demonstrado ser, historicamente, um campo de lutas travadas em busca de um ideal para cada contexto. Este aspecto histórico também tem nos mostrado que este espaço de controvérsias e batalhas está se tornando cada vez mais complexo.

Educadores e pesquisadores têm se debruçado sobre estes desafios, no sentido de elucidar seus contornos, desenvolvendo propostas para fazê-las mais eficientes. Esses estudos e propostas têm sido de grande importância por nos permitir compreender as práticas de currículo e ensino de uma forma contextual, como uma parte de um todo mais complexo.

#### **4. PROCESSOS DE APRENDIZAGENS NO ENSINO MÉDIO**

Num contexto de massificação, de exclusão, de desarticulação da escola com a sociedade, Freire dá sua contribuição para a formação de uma sociedade democrática ao construir um projeto educacional libertador. O que existe de mais atual e inovador no Método Paulo Freire é a indissociação da construção dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita do processo de politização.

Um dos axiomas do Método em questão é que não existe educação neutra. A educação é uma construção e reconstrução contínua de significados de uma dada realidade. Ela prevê a ação do homem sobre essa realidade. Essa ação pode ser determinada pela crença fatalista da causalidade, ou pode ser movida pela crença de que a causalidade está submetida a sua análise, portanto sua ação e reflexão podem alterá-la, relativizá-la, transformá-la.

Segundo FREIRE (1996, p.21), “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. O domínio de uma escola burocrática, enfatizando apenas a transmissão de conteúdo por parte do educador, tem gerado alunos receptores de informações desconectadas e fragmentadas. Esse fato torna-se mais agravante quando se trata de desenvolver conteúdos relacionados com a História. Normalmente as aulas de História são descritivas e cansativas, onde o aluno não se sente participante do processo de construção espacial e muito menos um ser político.

Os pressupostos da ciência moderna contribuíram para mudar a concepção de mundo, onde uma das mudanças é a forte crença na razão científica. Aos poucos, vai aumentando a aceitação das pessoas por explicações dos fatos que permitissem uma compreensão e demonstração pela razão. O que se critica nesse momento, é que o extremo desse racionalismo tem levado a uma forte ausência da emoção nas salas de aula.

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa inclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganharia significação (FREIRE, 1987, p.33) .

Sendo assim, é necessário defender que o espaço de sala de aula precisa ser democrático, dialógico para poder fluir a criatividade; para tornar-se uma escola viva.

A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes (BNCC, 2018, p. 5).

O PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7 ), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento ( BNCC, 2018, p. 12).

A BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, à importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida (BNCC, 2018).

Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a: contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica, selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados, conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens, construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo entre outros ( BNCC, 2018).

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo- se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BNCC, 2019).

As aprendizagens essenciais definidas na BNCC do Ensino Médio estão organizadas por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), conforme estabelecido no artigo 35-A da LDB. Desde que foram introduzidas nas DCNEM/1998 (Parecer CNE/CEB nº 15/19985), as áreas do conhecimento têm por finalidade integrar dois ou mais componentes do currículo, para melhor compreender a complexa realidade e atuar nela. Essa organização não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (Parecer CNE/CP nº 11/2009). (BNCC, 2019, p. 469).

A área de Ciências Humanas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, define aprendizagens centradas no desenvolvimento das competências de identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. A proposta de progressão das aprendizagens no Ensino Médio prevê o aprofundamento na pesquisa e no desenvolvimento de processos de criação. Em comparação com o Ensino Fundamental, a BNCC de Língua Portuguesa para o Ensino Médio define a progressão das aprendizagens e habilidades levando em conta: “a complexidade das práticas de linguagens e dos fenômenos sociais que repercutem nos usos da linguagem” (BNCC, 2018, p. 498).

Também o campo da vida pessoal pretende funcionar como espaço de articulações e sínteses das aprendizagens de outros campos postas a serviço dos projetos de vida dos estudantes. As práticas de linguagem privilegiadas nesse campo relacionam-se com a ampliação do saber sobre si, tendo em vista as condições que cercam a vida contemporânea e as condições juvenis no Brasil e no mundo (BNCC, 2018, p. 502).

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Os apontamentos expostos neste projeto certamente direcionam para uma ampla reflexão e impulsionam para um diálogo sobre o ensino médio brasileiro e os processos políticos educacionais sucedidos ao decorrer da Elaboração da BNCC. Obviamente que há de se considerar as diversas possibilidades que permearam as reformas instituídas, bem como as necessidades sociais circundante em cada momento histórico.

De esta forma dialogar, pensar, refletir a interação entre BNCC e Currículo nos processos de aprendizagens no Ensino Médio de fato é algo importante, visto que as modificações sociais e políticas estão presentes e essas modificações estruturais, curriculares e de finalidades precisam levar em consideração o direito ao livre acesso ao conhecimento e às escolhas profissionais que cada cidadão tem possibilidade de fazer, seja para o exercício efetivo da cidadania ou para o mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2019. Intervalo de páginas 471-559.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia- saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996.
- KLIEBARD, H. M. **The struggle for the America Curriculum.** New York: Routledge, 1995.
- MOREIRA, A. F. **Currículos e programas no Brasil.** Campinas: Papirus, 1990.
- POZO, J.I. **Aprendizagens e mestres: a nova cultura da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SLATTERY, P. **Curriculum development in the postmodern era.** New York: Garland Publishing, Inc., 1995.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em PDF: [https://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EM\\_450/teorias\\_curriculo.pdf](https://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EM_450/teorias_curriculo.pdf).